

## **Capital racial, privilégios e desvantagens no curso de Medicina de uma universidade na Amazônia**

Racial capital, privileges and disadvantages in the medical program at a university in the Amazon

Capital racial, privilegios y desventajas en la carrera de Medicina de una universidad en la Amazonía

**Josiney da Silva Trindade<sup>1</sup>**

*Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus/Amazonas, Brasil.*

**Recebido em:** 25/07/2025

**Aceito em:** 30/10/2025

### **Resumo**

Neste estudo, o objetivo foi analisar as percepções dos/as estudantes negros/as e brancos/as sobre possíveis privilégios e desvantagens raciais no Curso de Medicina da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Altamira. Para tanto, entre julho de 2022 e julho de 2023, realizamos uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa, utilizando como técnicas de coleta de dados a entrevista aberta e a observação simples. Como referencial teórico, nos aportamos em Bento (2002, 2018), Cardoso (2010), Santos (2022) e Schucman (2018, 2022). Constatamos que a existência de uma “branquitude crítica não racista” no campo investigado pode ser considerada uma questão significativa, pois ela não questiona as ideologias e práticas racistas no cotidiano da instituição, assim como, não desenvolve um real questionamento dos seus privilégios acumulados com base em seu capital racial positivo, em detimentos do acúmulo de desvantagens raciais de grupos não brancos, decorrentes de um capital racial negativo. De todo modo, verificamos que a manutenção dos privilégios raciais ocorre não apenas por ações individuais, mas também através de interações institucionais e sociais mais amplas.

**Palavras-chave:** Campo acadêmico. Capital racial. Branquitude. Privilégios raciais. Desvantagens raciais.

### **Abstract**

In this study, the aim was to analyze the perceptions of Black and white students regarding possible racial privileges and disadvantages in the Medicine Program at the Federal University of Pará, Altamira University Campus. To this end, between July 2022 and July 2023, we conducted a qualitative field research using open interviews and simple observation as data collection techniques. As our theoretical framework, we drew on Bento (2002, 2018), Cardoso (2010), Santos (2022), and Schucman (2018, 2022). We found that the existence of a “non-racist critical whiteness” in the investigated setting can be considered a significant issue, as it does not question the racist ideologies and practices present in the institution’s daily routines, nor does it develop a real questioning of the privileges accumulated on the basis of its positive racial capital, to the detriment of the

<sup>1</sup> josineytrindade@gmail.com

accumulation of racial disadvantages affecting non-white groups as a result of negative racial capital. In any case, we observed that the maintenance of racial privileges occurs not only through individual actions but also through broader institutional and social interactions.

**Keywords:** Academic field. Racial capital. Whiteness. Racial privileges. Racial disadvantages.

## Resumen

En este estudio, el objetivo fue analizar las percepciones de los/as estudiantes negros/as y blancos/as sobre posibles privilegios y desventajas raciales en el Curso de Medicina de la Universidad Federal de Pará, Campus Universitario de Altamira. Para ello, entre julio de 2022 y julio de 2023, realizamos una investigación de campo con un enfoque cualitativo, utilizando como técnicas de recolección de datos la entrevista abierta y la observación simple. Como marco teórico, nos apoyamos en Bento (2002, 2018), Cardoso (2010), Santos (2022) y Schucman (2018, 2022). Constatamos que la existencia de una “blanquitud crítica no racista” en el campo investigado puede considerarse una cuestión significativa, pues no cuestiona las ideologías y prácticas racistas en el cotidiano de la institución, así como tampoco desarrolla un cuestionamiento real de sus privilegios acumulados con base en su capital racial positivo, en detrimento de la acumulación de desventajas raciales de grupos no blancos, derivadas de un capital racial negativo. De todos modos, verificamos que el mantenimiento de los privilegios raciales ocurre no solo por acciones individuales, sino también a través de interacciones institucionales y sociales más amplias.

**Palabras clave:** Campo académico. Capital racial. Blanquitud. Privilegios raciales. Desventajas raciales.

## Introdução

No Brasil, por um longo período os estudos sobre raça, racismo e relações raciais colocaram no centro das discussões a figura monolítica e objetificada do negro, dando ênfase ora às suas culturas, ora aos seus processos identitários, ora à sua integração ao novo modelo político-estabelecido pós-abolição, ora aos desafios por ele enfrentado nesse processo de integração a essa sociedade de classes. Usando a terminologia de Ramos (1995, p. 215), a figura do negro foi tida como “negro-tema”, como “uma coisa examinada de fora”.

Além disso, é preciso considerar que de diferentes formas e nos variados contextos da academia e da intelectualidade brasileira, a figura do negro foi tida como foco principal, sendo deixado de lado o papel nocivo desenvolvido pelos brancos nos processos de invenção e hierarquização das raças, de dominação e, consequentemente, de produção e reprodução das desigualdades sociais forjadas pela invenção e instrumentalização do marcador social raça.

Todavia, esse lado ocultado da dominação racial, ou seja, a branquitude, vem sendo questionado, analisado e desnudado por importantes intelectuais negros/as e brancos/as. Neste contexto, apesar desse movimento vir sendo desenvolvido desde o início do Século XX (pioneiramente por William Edward Burghardt Du Bois e Frantz Fanon), no Brasil, esse campo de estudo começou a ser

desenvolvido apenas nos anos 2000, particularmente com as importantes contribuições das pesquisadoras Edith Piza e Maria Aparecida Silva Bento.

Dentre os principais avanços trazidos pelos estudos da branquitude na sociedade brasileira, dentre os pioneiros os de Piza (2000) e Bento (2002), foi justamente encorpar a desmistificação do racismo como sendo um “problema dos negros” ou um “dilema negro”, dando ênfase aos legados desse fenômeno social para ambos os grupos, negros e brancos. Além disso, por meio de tais estudos, especialmente os de Schucman (2012), foi possível compreender que os significados atribuídos à branquitude exercem poder sobre o próprio grupo de indivíduos brancos, criando diferenças e hierarquias internas. Assim, a branquitude é modulada por fatores como origem, regionalidade, gênero, fenótipo e classe, revelando que a categoria “branco” é internamente controversa e que certos tipos de branquitude funcionam como marcadores de hierarquias dentro do próprio grupo.

De todo modo, a complexidade e densidade teórica apresentada pelos/as estudiosos/as da branquitude, particularmente os/as brasileiros/as, possibilitaram a realização de pesquisas nos mais diferentes espaços, trazendo para o centro das discussões a figura do branco e não unicamente a figura do negro. Neste contexto, tal acúmulo teórico se tornou fulcral para os estudos das relações raciais nas organizações e instituições brasileiras, considerando que houve um importante desfecho do processo histórico de reivindicação da população negra por reparações por parte do Estado, o que culminou na adoção de políticas de ação afirmativa, especialmente no campo acadêmico.

Neste cenário, considerando particularmente a Educação Superior, assim como, a mudança no perfil do público das universidades públicas apontada pelo FONAPRACE (2018), uma questão indispensável a ser considerada, é que a própria criação de políticas de ação afirmativa refletiu diretamente na forma como as relações raciais entre negros/as e brancos/as se (re)configuram nesse espaço, sendo fulcral o desenvolvimento de estudos que tratem dessa e de outras relevantes questões, como o acúmulo de privilégios e desvantagens raciais entre grupos brancos e não brancos no espaço universitário. Assim sendo, partindo dessa preocupação, neste estudo, tivemos como objetivo analisar as percepções dos/as estudantes negros/as e brancos/as sobre possíveis privilégios e desvantagens raciais no Curso de Medicina da Universidade Federal do Pará, *Campus Universitário de Altamira*.

A realização deste estudo, se justifica pela necessidade de problematizar e compreender a produção e reprodução de privilégios e desvantagens raciais no contexto universitário, contribuindo para o debate sobre branquitude, racismo e promoção de práticas institucionais antirracistas nesses espaços.

No que diz respeito à organização deste artigo, ela se deu da seguinte forma: na primeira seção, é apresentada a metodologia utilizada, considerando os seus aspectos teóricos, práticos e éticos; na segunda seção, realizamos uma discussão conceitual de campo, *habitus*, distinção e capital em Bourdieu; na terceira seção, são apresentadas os resultados e discussões; e, por fim, são apresentadas as considerações finais.

### Procedimentos teórico-metodológicos

Nesta pesquisa, tivemos como campo de investigação o Curso de Bacharelado em Medicina da Universidade Federal do Pará (UFPA), *Campus* Universitário de Altamira, sendo iniciada em julho de 2022 e finalizada em julho de 2023. No que se refere à abordagem, ela se caracteriza como qualitativa, pois nos debruçamos na compreensão de um nível de realidade que não pode ser reduzido a quantificações, de modo que a atenção se voltou a um orbe de significados, valores, ideias, hábitos e outros fenômenos que constituem a realidade social (Minayo, 2007).

Para a coleta de dados, utilizamos a técnica de entrevista aberta, na qual o informante é incentivado a discorrer livremente sobre um tema, enquanto as perguntas do investigador, quando feitas, visam aprofundar as reflexões (Minayo, 2007). Simultaneamente à realização das entrevistas, também utilizamos a técnica de observação simples, que se constitui como aquela observação em que o/a pesquisador/a não tem um grau elevado de participação no interior do grupo estudado, o observando de maneira mais espontânea, porém, com um controle seguido de um processo de análise e interpretação dos dados coletados (Gil, 2008).

Para conseguir adesão ao estudo, foi adotada a estratégia de enviar um questionário (*online*), via *Google Forms*, explicando os objetivos e relevância do estudo e pedindo o contato daqueles que estivessem dispostos a aderir e contribuir com a pesquisa. Além disso, incentivamos que quem já tinha aderido à pesquisa reforçasse a importância da mesma para seus pares. No total, dez discentes aderiram à pesquisa maior, porém, neste recorte do estudo, partimos dos depoimentos de quatro discentes que, em entrevistas, discorreram sobre os privilégios e desvantagens raciais dentro do campo investigado.

Depois de finalizada a pesquisa de campo, foi iniciada a ordenação, classificação e análise dos dados. Assim, feita a transcrição *ipsis litteris* das entrevistas, que foram complementadas pelas observações *in locus*, os dados obtidos por meio de ambas as técnicas foram ordenados em duas

categorias, privilégios raciais e desvantagens raciais. Posteriormente, foi iniciada a fase de análise propriamente dita.

Em observância às determinações éticas, o projeto de pesquisa que deu origem a este estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Pará (CEP/UFPa), sob Parecer de nº 5.688.040.

### Campo, *habitus*, distinção e capital em Bourdieu

Um dos principais conceitos que merece atenção no âmbito deste estudo, é o de *campo*. Bourdieu (2004) conceitua campo como sendo microcosmos relativamente autônomos, nos quais os indivíduos ocupam posições determinadas por estruturas preexistentes, de modo que cada campo se constitui como uma arena de disputa, onde os agentes competem por recursos, reconhecimento e poder, sendo cada um caracterizado por interesses específicos. Um campo, portanto, funciona como um espaço de relações objetivas, onde normas, regras e capitais orientam a participação e as estratégias dos agentes. Porém, um determinado campo não está isolado em si mesmo, mas se insere em um contexto mais amplo de relações sociais e poder (Bourdieu, 1989).

É importante considerar que a lógica interna de cada campo, como destaca Trigo (1998), exerce influência sobre os agentes, moldando suas oportunidades e formas de interação. Além disso, essas estruturas são incorporadas sob a forma de *habitus* que acaba por orientar as práticas e comportamentos dos indivíduos de acordo com suas posições no campo e, deste modo, as escolhas e estratégias de cada agente não são aleatórias, mas refletem a internalização das condições objetivas que organizam as relações de poder e as hierarquias sociais.

Neste contexto, também é importante destacar que o conceito de *habitus* surge como uma tentativa de compreender a relação entre estrutura e agência, buscando-se compreender como as estruturas sociais influenciam os agentes e, simultaneamente, como as ações dos agentes podem perpetuar ou modificar essas mesmas estruturas. Neste sentido, Bourdieu (2009) define o *habitus* como sistemas de disposições duráveis e transponíveis que orientam as práticas sem a necessidade de um planejamento consciente do agente. Assim, as ações podem parecer estratégicas e intencionais, muito embora sejam resultado de disposições adquiridas ao longo do tempo.

Em outro momento, Bourdieu (1972 *apud* Trigo, 1998) define o *habitus* como a capacidade dos agentes de se orientarem espontaneamente no espaço social e de responderem às situações de

maneira adaptada. Conforme Setton (2002), o *habitus* se torna mais evidente justamente nos momentos em que há um desajuste entre as práticas e as condições sociais e, portanto, ele não apenas reflete a estrutura social, mas também permite certa flexibilidade e adaptação. Ainda que funcione como um princípio de regulação social, garantindo a reprodução das condições existentes, o *habitus* não é imutável e pode ser transformado em contextos de mudança social. Assim sendo, ele interioriza as estruturas, mas também as exterioriza nas práticas dos agentes, evidenciando a complexidade das interações entre indivíduo e sociedade (Bourdieu, 2009).

Outro elemento central na Teoria Bourdieusiana é a *distinção*, que podemos entendê-la como a capacidade de diferenciar-se por meio do gosto e das preferências culturais que, por sua vez, não são inatas, mas um produto das condições sociais (Bourdieu, 2007). Bourdieu (2007) argumenta que as distinções não resultam apenas de desigualdades econômicas, mas emergem da interação entre diferentes formas de capital (econômico, cultural, social e simbólico), de modo que o gosto que distingue um agente não reflete apenas a posição econômica dele, mas também é estruturado pelo *habitus* e pelas disposições internalizadas por esse agente ao longo da vida.

Neste cenário, Bourdieu (2007) identifica uma correspondência entre o espaço dos estilos de vida, que diz respeito às práticas culturais e preferências, e o espaço social, que se refere à distribuição dos indivíduos com base na acumulação de capitais. E, ainda segundo o autor, as escolhas culturais, como arte, lazer e alimentação, não são aleatórias, mas influenciadas pela posição que os agentes ocupam no espaço social, de forma que os indivíduos situados nas camadas mais elevadas tendem a valorizar gostos considerados refinados, enquanto aqueles em posições mais baixas se identificam com formas de cultura popular ou massificada.

Considerando as reflexões que se seguirão, também importa entendermos a definição de *capital*. Neste sentido, partindo das formulações de Bourdieu (2007), podemos entender como capital os meios materiais e simbólicos mobilizados pelos agentes para se deslocarem e ocuparem distintas posições nos diversos campos sociais, posições estas que são definidas com base na acumulação de capital herdado ou adquirido.

Os capitais acumulados pelos agentes podem ser do tipo: econômico, que corresponde à posse de bens materiais e financeiros essenciais para a garantia de condições de vida e para competição; cultural, que diz respeito às competências intelectuais, educação formal, habilidades e conhecimento que conferem prestígio e vantagem competitiva; social, que se refere à rede de relacionamentos e conexões que um indivíduo ou grupo social pode acessar e mobilizar para alcançar objetivos e legitimar sua

posição; e simbólico, que se relaciona com o reconhecimento e a legitimidade que os agentes recebem de seus pares com base em valores simbólicos, como *status*, honra, reputação etc. (Bourdieu, 2007).

Estes quatro tipos de capital são centrais na teoria bourdieusiana, expressando diferentes formas de poder e recursos que os agentes possuem e mobilizam nos diferentes campos sociais, de modo que essas formas de capital interagem entre si, contribuindo para a reprodução de posições e condições sociais desiguais, visto que os agentes ou grupos em posições privilegiadas tendem a acumular múltiplos tipos de capital, consolidando seu poder e, mais que isso, lutando para a perpetuação de suas vantagens no campo social.

De modo geral, no contexto deste estudo, os conceitos de campo, *habitus*, distinção e capital nos permitem uma leitura das relações raciais no campo acadêmico que, por sua vez, são transpassadas por privilégios e desvantagens raciais gozadas, respectivamente, por grupos brancos e não brancos, o que evidencia tanto os mecanismos de reprodução de hierarquias quanto as possibilidades de mudança dentro deste campo. Além disso, tal teoria nos ajuda compreender que, nas relações sociais, a raça funciona não apenas como um signo distintivo, mas também como um elemento carregado de conotações de valor e legitimidade, ou seja, a raça não apenas distingue, mas também confere *status* e legitimização dentro dos diversos campos sociais.

Assim sendo, a raça de um indivíduo ou grupo não apenas contribui para a determinação de posições sociais, políticas e econômicas, mas também molda um conjunto de disposições que são internalizadas por esses indivíduos ou grupos sociais, isto é, molda o *habitus racial* desses indivíduos ou grupos sociais, sejam eles brancos ou não brancos. Com isso, a compreensão do racismo, assim como do preconceito e da discriminação racial, como integrantes de um *habitus racial* implica reconhecer que eles estão profundamente enraizados nas práticas cotidianas e nas disposições incorporadas pelos indivíduos ao longo do tempo, moldando suas percepções, ações e interações sociais.

Neste cenário, quando falamos em um *habitus racial* nos referimos às disposições internalizadas e naturalizadas de uma ordem social já existente, reforçando a ideia de que as estruturas sociais e culturais têm um poder formativo sobre os indivíduos, ao mesmo tempo que esta mesma estrutura sofre influência deles. Com isso, é preciso considerar que esta automatização do racismo dentro do *habitus racial* significa que as práticas e ações racialmente orientadas são reproduzidas de forma rotineira e, muitas vezes, sem uma reflexão crítica.

No branco, seu *habitus racial* pode se manifestar em formas de privilégio, exclusão e discriminação, que muitas vezes são percebidas como “normais” ou “naturais” dentro do contexto social

em que vivem. Para os não brancos, o *habitus racial* pode se traduzir em uma internalização de estigmas, estereótipos e sentimentos de inferioridade que, muitas vezes, operam de maneira inconsciente, podendo incidir em formas de autoexclusão, conformidade com normas discriminatórias ou mesmo resistência.

Por outro lado, reconhecer o racismo como parte do *habitus* também abre espaço para a compreensão de que, embora os comportamentos sejam fortemente influenciados por estruturas sociais, os agentes possuem a capacidade de agência e inventividade. Assim sendo, a compreensão de que o racismo é parte do *habitus*, de um *habitus racial*, não implica nem na legitimação de práticas racistas e nem na absolvição de quem cometem crimes raciais.

### **Resultados e discussões: capital racial, privilégios e desvantagens raciais no campo acadêmico**

Os/as participantes desta pesquisa foram discentes do curso de Bacharelado em Medicina da UFPA Campus Altamira. Estes/as discentes foram nomeados/as como “entrevistado”, para aqueles que se autoidentificaram com o gênero masculino, e “entrevistada”, para aquelas que se autoidentificaram com o gênero feminino: Entrevistado A, branco, idade entre 25 e 30 anos, ingressou em 2016, por cota renda/escola, está no 9º período; Entrevistada B, negra, idade entre 20 e 25 anos, ingressou em 2018, por cota cor/renda/escola, está no 8º período; Entrevistado C, branco, idade entre 20 e 25 anos, ingressou em 2016, por cota renda/escola, está no 12º período; e Entrevistada D, negra, idade entre 20 e 25 anos, ingressou em 2018, por cota cor/renda/escola, está no 8º período.

Primeiramente, para melhor conduzirmos nossas análises, é importante delimitarmos o entendimento de privilégios e desvantagens raciais, assim como, de desigualdades raciais. Neste contínuo, delimitamos como *privilégio racial* os ganhos materiais e simbólicos acumuladas pelos grupos brancos por meio da instrumentalização do marcador social raça e/ou etnia, pela qual é, explícita ou implicitamente, justificada não só uma suposta superioridade destes grupos em detrimento daqueles grupos étnico-raciais julgados como inferiores (os não brancos), mas também é justificada a exploração e, consequentemente, os prejuízos acumulados historicamente por estes últimos grupos.

Em contrapartida, também há as *desvantagens raciais*, entendidas aqui como os prejuízos materiais e simbólicos acumulados por grupos étnico-raciais não brancos, especialmente negros e indígenas, em decorrência da instrumentalização do marcador social raça e/ou etnia por parte de grupos brancos que, por sua vez, classificam os grupos não brancos como inferiores e, por isso, passíveis

de exploração e outros tipos de violências racialmente orientadas. Neste cenário, as *desigualdades raciais* são o produto da distribuição desigual de privilégios e desvantagens raciais entre os grupos brancos e não brancos (Santos; Rocha, 2022).

Feitos estes ponderamentos, seguimos em nossas análises. Vejamos o seguinte depoimento:

[...] eles [os discentes brancos] vão ter mais privilégios, principalmente se os pais desses discentes também forem brancos e terem também os privilégios deles. Eu acredito que, pelo menos aqui, as coisas são muito melhores do que em outros lugares. Só que eu tenho certeza que ser branco influencia muito na facilidade de conseguir as coisas. Mas não é uma experiência que eu viva aqui, pelo contrário, na minha turma eu nunca tive nenhum tipo de experiência ruim em relação a minha cor, a meu cabelo. Enfim, dentro do curso acho tranquilo (Entrevistada B, negra).

No depoimento, a primeira questão que se põe é que, partindo de sua percepção, a Entrevistada B relaciona ausência de privilégio racial à ausência de discriminação racial vividas por ela no interior do curso. Ela percebe a existência do privilégio de pessoas brancas, mas diz não haver tais privilégios na instituição, especificamente em seu curso, sendo tal negação advinda justamente do fato dela nunca ter tido nenhuma “experiência ruim” em relação à sua cor ou ao seu cabelo.

Neste cenário, é preciso considerar que essa dificuldade de identificar a materialização dos privilégios e desvantagens raciais nas relações cotidianas e na instituição, está muito associada à natureza do racismo brasileiro. Nogueira (2006) nos ajuda a compreender o *habitus racial* brasileiro, quando discute que o racismo do Brasil tem por fundamento um preconceito racial compatível com laços de amizade profundos e com expressões evidentes de solidariedade da raça que se autodefine como superior, mas comumente não externaliza, em relação a raça entendida como inferior. O autor enfatiza que as manifestações do racismo, do preconceito e da discriminação racial no Brasil não assumem um caráter de exclusão ou segregação intencional da população negra<sup>2</sup>. Em outras palavras, a exclusão e a segregação intencional e explícita, de modo geral, não fazem parte do *habitus racial* brasileiro.

A implicância disso é que a ausência de um racismo e de um preconceito explícitos e, consequentemente, a ausência de uma discriminação assumidamente de cunho racial, gera uma dificuldade de percepção daqueles privilégios e desvantagens acumulados, respectivamente, pelas

<sup>2</sup> Contudo, como foi possível observar acentuadamente no Governo Bolsonaro (2019-2022), e ainda estamos vivenciando isso no Brasil, nos momentos histórico-políticos de crise democrática, os discursos e as práticas racistas, fortemente fundamentados em ideologias fascistas, tomam forma mais radicais e explícitas. Isto revela que há momentos de desarmonia entre as práticas individuais com as condições sociais de existência, mostrando a complexidade das interações entre agentes e estrutura.

populações brancas e negras com base no signo de distinção raça. Todavia, embora haja tal dificuldade de percepção desses fenômenos nas relações raciais cotidianas, a distribuição desigual de privilégios e desvantagens entre estoques raciais distintos se materializa nas desigualdades raciais nos diversos campos sociais, dentre estes o campo acadêmico.

A segunda questão a ser tratada no depoimento da Entrevistada B, é a existência de um *capital racial* acumulado pelos/as discentes brancos/as e negros/as posicionados desigualmente no campo acadêmico investigado. Neste cenário, o *capital racial* tem como seu motor de mobilização o signo distintivo da raça, e que, para além de determinados traços fenotípicos de determinados grupos, não possui existência material em si mesmo, mas simbólica, sendo produto e produtor das relações sociais, se desvelando quando produz e é produzido por outros capitais (social, o cultural, político etc.).

Neste cenário, a incorporação do *capital racial positivo*, isto é, do conjunto de características fenotípicas dos grupos raciais dominantes (tidas como superiores, ideais, belas e desejáveis) ou a incorporação do *capital racial negativo*, ou seja, do conjunto de características fenotípicas de grupos raciais minorizados (tidas como inferiores, indesejáveis, desprezáveis e repulsivas) é a própria expressão simbólica do capital racial. O que difere essas incorporações é que, respectivamente, uma opera de maneira positiva e a outra de maneira negativa, mas ambas implicam de forma importante na determinação das posições dos agentes nos diferentes campos sociais, de acordo com o capital racial que acumula/incorpora.

No caso dos indivíduos dos grupos raciais dominantes, o capital racial positivo confere não só uma possibilidade maior de sucesso no acúmulo de outros capitais, particularmente dos capitais econômico e social, mas também lhe dá direito e o legitima a fazer parte dos diversos campos sociais de forma distinta e privilegiada, se comparado com as posições que os agentes de grupos raciais minorizados ocupam nestes campos. Para estes últimos, a ocupação de posições distintas, legitimadas e de maior prestígio só pode ocorrer quando, driblando as barreiras do capital racial negativo que acumula, consegue galgar outros capitais compensatórios, como o cultural e o econômico.

O capital racial acumulado pelos grupos raciais dominantes, de um lado, contribui não apenas para a acumulação, mas principalmente para monopolização de outros tipos de capitais (social, econômico, cultural e simbólico) e, por outro lado, contribui para que de forma massificada os agentes pertencentes aos grupos raciais minorizados ocupem posições de pouco ou nenhum prestígio nos diferentes campos sociais.

Em seguimento às nossas discussões, vejamos o depoimento da Entrevistada D:

*Na Medicina tem muito essa questão de o pai de fulano ser médico e ter contato com pessoas que podem arrumar um estágio, que podem conseguir acesso a tal coisa. Geralmente, a gente que é negro, não tem esse histórico de pessoas na nossa família que já tão lá dentro da área, pra dar uma facilitada [...]. A gente não tem esses contatos de uma família de médicos ou que é socialmente mais elevada em condição financeira. Eles têm esses meios, mas pra gente é mais difícil* (Entrevistada D, negra).

Assim como a Entrevistada B, a Entrevistada D também percebe aqueles privilégios raciais acessados por seus/suas colegas brancos/as. Privilégios que são mobilizados principalmente pela articulação entre o capital social, o capital simbólico e o capital racial herdados dos grupos sociais e raciais aos quais esses/as discentes pertencem. Privilégios que são legitimados nas relações tecidas entre discentes brancos/as, suas famílias e os agentes institucionais do campo acadêmico. Neste contexto, essas dinâmicas de estreitos vínculos entre os intelectuais, a educação e as classes sociais privilegiadas (que neste caso coincidem com o grupo racial privilegiado) desvelam o papel dos sistemas educacionais como mecanismos de reprodução das desigualdades que operam no campo social e são traduzidas para o campo acadêmico (Bourdieu; Passeron, 2014).

Assim sendo, essa cessão de privilégios raciais é produto e produtora de um campo social estruturado no racismo e que, por isso, discrimina sistematicamente grupos raciais não brancos, para que os grupos raciais brancos, sejam beneficiados e tenham garantida a manutenção de suas posições privilegiadas e dominantes. E isto é reproduzido em todos os campos sociais, incluindo o campo acadêmico, no qual a raça funciona como um importante signo de distinção, sendo ela um fator proeminente nos embates travados neste campo, embates estes que são expressões da luta por acumulação de capital. Uma acumulação que, como ressaltado por Bonnewitz (2003), é a garantia da dominação do campo no qual a luta ocorre.

Em todo caso, a questão que se põe é que os privilégios raciais dos/as discentes brancos/as, mobilizados por um capital racial positivo articulado a outros capitais, não são produzidos unicamente e isoladamente pelos agentes dos grupos raciais dominantes do campo acadêmico em questão, mas são forjados e legitimados sistemática e estruturalmente em um campo social maior que, por sua vez, é racializado e estratificado, e que está em uma dialética interação com os diferentes campos.

Essa correspondência/interação entre as dinâmicas do campo acadêmico investigado e as dinâmicas do campo social brasileiro, se inscreve no axioma bourdieusiano que compreende que, apesar dos campos sociais (microcosmos: campo acadêmico, campo cultural, campo econômico etc.)

possuírem importante grau de autonomia em suas regras de funcionamento interno, eles não são de um todo isolados do campo social maior (macrocosmo: sociedade), pois, de importante maneira, estão subjugados a ele (Bourdieu, 2004).

Com isso, as determinações legitimadas e operacionalizadas no microcosmo acadêmico (como as relações de raça) o transcendem e se refletem em vários outros microcosmos, demonstrando que, mesmo que os diferentes campos busquem operar de forma autônoma, eles se influenciam dialeticamente e, do mesmo modo, o campo social maior exerce uma influência estruturante sobre cada um deles, ao mesmo tempo que cada um dos diferentes campos exercem uma influência estruturante sobre o campo social maior.

Para as nossas análises, isso significa que aquelas posições e condições desiguais entre negros/as e brancos/as estruturadas no campo social maior, na sociedade brasileira, serão reproduzidas no campo acadêmico investigado, muito embora tal reprodução possa ocorrer em uma dinâmica própria desse campo. Com isso, a pessoa branca e a pessoa negra acumulam, respectivamente, privilégios e desvantagens raciais unicamente pelo capital racial e, consequentemente, pelas posições que elas ocupam nos diversos campos sociais, neste caso, no campo acadêmico. E o que diferencia os grupos brancos dos grupos negros é que os primeiros não são apenas favorecidos nesta e por esta estrutura racializada, mas são também produtores ativos da mesma (Schucman, 2018). As consequências desse processo se materializa, por exemplo, quando os grupos brancos, em detrimento dos grupos negros, tendem a acessar de forma massiva e desigual os cursos de autoprestígio social e, posteriormente, tendem a seguirem profissões de maior remuneração (Nascimento, 2020).

Neste cenário, algo a ser ressaltado é que os privilégios acumulados pelos/as estudantes brancos/as não advêm simplesmente ou unicamente do fato de seus genitores e/ou genitoras serem brancos/as (ou serem médicos, como expressado no próximo depoimento), mas são acessados e acumulados por eles/as serem membros de um grupo racial sobre o qual não pesa nenhum tipo de estigma racial (Trindade, 2023) e, mais que isso, eles/as são membros de um grupo racial que acumula e articula de forma significativa diferentes tipos de capital (social, cultural, econômico, simbólico, político, racial etc.).

Sob estas circunstâncias, ser branco/a não indica apenas uma identidade racial, mas também diz respeito à uma posição social que significa por si só privilégio (Moreira, 2017). Isso implica reconhecer que, mesmo aqueles indivíduos brancos que acumulam pouco ou pouquíssimo capital social, cultural, econômico etc., ocupando posições de baixo prestígio nos diferentes campos, usufruem em alguma

medida das vantagens de capital racial positivo, gerado pelo signo de distinção raça, dando-lhes vantagens ou mesmo privilégios em detimentos daqueles indivíduos com acúmulos de capitais em graus semelhantes, mas que, em contrapartida, acumulam um capital racial negativo.

De todo modo, os privilégios raciais dos/as estudantes brancos/as, dos seus pais e de outros membros de grupos raciais brancos, que são gozados nos mais variados campos sociais, são produtos e produtores de mecanismos que se reinventam e fazem constantes manutenções desses privilégios, garantindo os ganhos materiais e simbólicos acessados e acumulados por meio do acúmulo de diferentes tipos de capital, dentre estes, o capital racial. Em vista disso, e considerando a importância do capital racial no campo social brasileiro, particularmente no campo acadêmico, pode-se dizer que os mecanismos de reprodução social, em especial os de produção de desigualdades raciais, e, consequentemente, de privilégios raciais, “foram construídos de tal forma que asseguraram aos brancos a ocupação de posições mais altas na hierarquia social, sem que isso fosse encarado como privilégio de raça” (Schucman, 2018, p. 138).

No contínuo das nossas discussões, em outros momentos os/as entrevistados/as percebem aqueles privilégios que decorrem diretamente do fato de alguns/mas discentes serem brancos/as. Vejamos!

*Acho que tem privilégio na trajetória acadêmica sim. A gente vê que certos alunos têm privilégios, não sei de onde isso vem, mas sei que essas pessoas têm privilégios dentro da universidade. As vezes a gente precisa fazer estágios fora, porque a universidade acaba não suprindo a demanda e a gente negocia com médicos fora. Então, tem vezes que certo médico gosta mais de um aluno e ele o leva pra um estágio. E eu percebo que alguns são até mais espertos, outros nem tanto. Mas são chamados porque têm um perfil, eles têm pais que têm influência na cidade, e esses discentes geralmente são brancos (Entrevistada D, negra).*

Esse tipo de privilégio acessado pelos/as estudantes brancos/as é cedido quase que gratuitamente por seus pares brancos/as. Esse acesso e essa cessão nem sempre se dão nas relações interpessoais apenas, mas também acontecem de forma sistemática por meio das e nas instituições de determinado campo social, neste caso, do campo acadêmico. Há entre os membros dos grupos raciais dominantes, que incorporam o capital racial positivo, uma espécie de protecionismo e de colaboração não formalizada, pela qual é possível não apenas garantir a presença majoritária de um único estoque racial em determinado campo – ou curso, como ressaltado por Nascimento (2020) –, especialmente naquelas posições de alto prestígio social, mas também é possível garantir que essa presença seja

marcadamente naturalizada por um tratamento diferenciado, marcada por privilégios produzidos com base no capital racial positivo articulado com outros capitais.

Neste cenário, constata-se empiricamente o que fora ressaltado por Bento (2002, 2018), isto é, a branquitude se desnudando como ideologia, como construção histórico-social que expressa uma visão de mundo que transpassa o cotidiano das instituições (que transpassa o domínio daquele campo), marcando uns como “iguais” ou “irmãos” e outros como “diferentes” ou como “adversários”. Assim, a branquitude se constitui como identificações profundas, pelas quais é possível os “iguais” se fortalecerem mutuamente, ao mesmo tempo que eles se livram de suas “pulsões arcaicas virulentas”, ao lhe darem com “os outros” que, por sua vez, podem ser ignorados, excluídos, aniquilados ou convertidos (Bento, 2018).

Esta espécie de colaboração não formalizada, que se expressa pela cessão de privilégios aos/as discentes brancos/as, também é percebida por alguns/mas discentes brancos/as. Vejamos!

*Eu me sinto, não queria usar a palavra privilegiado, mas é meio que isso, pois a gente vê a diferença gritante que existe na sociedade, de injustiça com preto. E o branco consegue as coisas mais fáceis, acho que sempre o privilégio interfere. Tenho certeza que se eu fosse negro, seria testado todo dia. Tem muitas pessoas que só pela aparência do médico julgam ser ele capaz ou não. Uma pessoa preta saber que está tendo suas habilidades profissionais questionadas todo dia por ser preto. Acredito que pro branco isso não existe. Se alguém chegar a questionar a conduta dele, não vai ser por causa da sua cor. Então, pelo fato de eu ser branco, tenho sim certos privilégios e isso facilita eu permanecer no curso (Entrevistado C, branco).*

No depoimento do Entrevistado C, observamos novamente a influência da colaboração não formalizada por meio da cessão de privilégios, que nada mais é do que a mobilização do capital racial em conjunto com outros capitais, especialmente o social e econômico. Esse tipo de cooperação entre os agentes e grupos brancos é entendido por Bento (2002) como um “pacto narcísico”, isto é, um pacto silencioso pelo qual são estabelecidos o apoio e o fortalecimento dos “iguais”, buscando fazer a manutenção dos privilégios e dos interesses da branquitude. Tal pacto é a expressão dos embates pela manutenção da hegemonia dos grupos dominantes, social e racialmente, nos campos sociais. Bento (2002) enfatiza que essas alianças intergrupais são tanto produzidas como caracterizadas pela ambiguidade, pela negação de relações racialmente orientadas e determinadas, pelo silêncio e pela interdição não declarada de pessoas negras em espaços de poder e prestígio, assim como, pelo esforço de excluí-las moralmente, afetivamente, economicamente e politicamente.

Neste contexto, a partir desse modo de se autoproduzir e de se operacionalizar, Bento (2002) define a branquitude como um lugar de privilégio racial, econômico e político, no qual a racialidade é transpassada de valores, experiências e identificações afetivas que definem a sociedade. Neste entendimento da branquitude como algo que vai além de uma identidade racial, mas também como um lugar social de privilégio, como preservação de hierarquias raciais e como pacto entre os grupos brancos, pode-se observar que as organizações e instituições, que são essencialmente reprodutoras e conservadoras, são um lugar por excelência próspero para a branquitude, que, por sua vez, no seu embate pela manutenção de sua hegemonia nos campos sociais, mobiliza diferentes capitais, sendo o capital racial um dos principais, visto que a raça funciona como um importante signo de distinção e, consequentemente, de acesso a privilégios raciais.

Outra questão a ser considerada, que se expressa na fala do Entrevistado C, é a percepção dos agentes e grupos brancos sobre seus privilégios. Afim de melhor tratarmos dessa questão, vejamos o depoimento a seguir:

*[...] teve uma vez que eu estava com dois amigos, um pardo e outro mais negro. Então, vinha uma menina de bike passando e o \*\*\*\* levou um susto pensando que era um enquadro da polícia. Ou seja, de nós três que estava lá, só ele que teve esse insight por ser mais negro. Eu não ando na rua pensando e olhando pro lado e vendo se tem algum enquadro. São pensamentos que não tenho, mas que uma pessoa negra tem (Entrevistado A, branco).*

Apesar de ambos os entrevistados serem brancos (Entrevistado C e Entrevistado A), observamos posturas e discursos diferentes mediante o mesmo tema, o privilégio racial. Aqui é importante considerarmos a capacidade da branquitude de refletir criticamente sobre seus privilégios oriundos da distribuição desigual de vantagens e desvantagens produzidas e reproduzidas pela instrumentalização do marcador social raça, produzidas e reproduzidas com base no acúmulo de capital racial.

Neste contexto, traz-se para o bojo dessa discussão as reflexões de Cardoso (2010) sobre tipos específicos de branquitude. O autor, considerando a complexidade, diversidade e mutabilidade da branquitude como identidade racial, estabelece dois tipos de branquitude: *branquitude crítica*, que é aquela que desaprova o racismo “publicamente”. Porém, cautelosamente, o autor ressalta que não é regra que aquilo que seja reprovando publicamente também o seja no espaço privado, em especial quando diz respeito a conflitos raciais no Brasil; e *branquitude acrítica*, que é aquela que não desaprova o racismo e reivindica sua inata superioridade branca. Segundo o autor, esse tipo de branquitude, ainda que não admita seu preconceito racial e seu racismo, reivindica e defende que ser branco é uma

condição especial de superioridade em relação a todos os não brancos. Acrescentamos que, por defender e reivindicar essa superioridade branca inata, os privilégios raciais, que comumente não são entendidos como privilégios, também são vistos como naturalmente dela.

Se utilizássemos tais conceitos nos moldes de Cardoso (2010), constataríamos no campo investigado uma branquitude crítica, pois, em seus discursos, todos os indivíduos entrevistados desaprovam o racismo e não colocam o “ser branco” como uma condição especial de superioridade em relação aos não brancos. No entanto, dada as singularidades do racismo brasileiro, e considerando que um mesmo grupo racial pode ter diferentes *habitus raciais*, a depender da posição que os agentes ocupam e dos diferentes capitais que acumulam, faz-se necessário considerarmos duas questões.

A primeira questão é que há pelo menos dois tipos de branquitude crítica: a *branquitude crítica não racista*, a mais comum no Brasil, que é aquela que desaprova o racismo, o preconceito racial e a discriminação racial publicamente, no plano do discurso, mas que em suas práticas não contribuem para o combate nem do racismo, nem do preconceito racial e nem da discriminação racial. Geralmente, essa branquitude, ainda que de forma não tão consciente, acaba reproduzindo preconceitos raciais e/ou tendo posturas discriminatórias, sem entendê-las como racialmente orientadas. Ela contribui para a manutenção do *status quo racial* e, mais que isso, não questiona seus privilégios raciais, contribuindo para que indivíduos e grupos brancos/as continuem acumulando e usufruindo privilégios raciais; e a *branquitude crítica antirracista*, menos comum no contexto social brasileiro, que é aquela que, além de desaprovar o racismo, o preconceito racial e a discriminação racial publicamente, reflete sobre seus discursos e suas práticas, evitando ações orientadas pelo racismo e pelo preconceito racial. Ela se posiciona criticamente em situações e/ou em espaços onde grupos não brancos são discriminados em decorrência do racismo e do preconceito racial e questiona os privilégios raciais acumulados e usufruídos por ela e seus pares brancos/as.

A segunda questão a ser considerada é que, especialmente por se tratar do Brasil, também pode-se observar a existência de dois tipos de branquitude acrítica: a *branquitude acrítica clássica*, que é mais rara, porém, em momentos de crise democrática, a exemplo do contexto de ascensão do Bolsonarismo, se torna bem mais presente, tornando-se importante, pois é mais radical, assumindo seu racismo publicamente e defendendo a ideia de uma superioridade branca inata. Por pensar assim, esse tipo de branquitude defende inclusive a subalternização e, de forma mais extrema, o extermínio, direto ou indireto, de grupos não brancos. Um bom exemplo desse tipo de branquitude são os grupos neonazistas brasileiros e grupos bolsonaristas mais radicais; e a *branquitude acrítica dissimulada*, muito comum no

contexto brasileiro, é aquela que não se assume pública e explicitamente racista e que, fundamentada em um discurso implícito ou explícito de uma suposta democracia racial, nega a existência do racismo no, pelo menos enquanto um problema racial de fato importante. No entanto, seus discursos e suas práticas produzem e reproduzem estereótipos raciais, reforçando preconceitos, imagens negativas e, consequentemente, a discriminação dos grupos não brancos. Discriminação essa gerada tanto pelo racismo e pelo preconceito racial como pelos interesses na manutenção dos privilégios raciais e, por consequência, das desigualdades raciais entre brancos e não brancos.

Desta forma, considerando os entendimentos acima expostos, retomando os depoimentos do Entrevistado C e do Entrevistado A e partindo das observações realizadas, verificamos que, no campo acadêmico analisado, a branquitude crítica não racista se faz mais presente, pois, embora desaprovem o racismo, o preconceito racial e a discriminação racial publicamente, não há da parte dos agentes brancos um real questionamento dessas ideologias e práticas no cotidiano da instituição, assim como, não há por parte dos mesmos um real questionamento dos seus privilégios e dos privilégios acumulados e gozados por seus pares igualmente brancos. No entanto, o que há é uma constatação do privilégio racial, das desvantagens raciais, assim como, das desigualdades raciais, o que se revela como um mecanismo, uma estratégia da branquitude para a manutenção das posições e privilégios raciais no campo acadêmico.

Na esteira desta discussão, é importante ressaltar que o Entrevistado C, de início, reluta em usar a palavra “privilegiado”, mas, na ausência de outro termo que melhor defina as vantagens gozadas, ele a usa. Além disso, para além de ressaltar as dificuldades enfrentadas por pessoas pretas, o estudante vai além, expondo e admitindo de forma mais objetiva e explícita seus privilégios decorrentes de sua brancura, do seu capital racial. Em contrapartida, o Entrevistado A não só evita falar de forma nomeada e explícita sobre seus privilégios e os privilégios de seus pares brancos, mas também desloca a atenção para os problemas vividos pela pessoa negra.

Isso expressa a busca da branquitude pelo esquivar-se da reflexão e da objetivação do lugar social que ela ocupa com base na acumulação de diferentes tipos de capitais, dentre estes o capital racial, que é mobilizado/producido e mobiliza/produz outros capitais no processo de mobilidade no campo acadêmico e em outros campos. Aqui, expressa-se pistas do *habitus racial* da branquitude, ou seja, desvela-se as formas mais ou menos espontâneas da branquitude se orientar, se adaptar e tentar conservar o *status quo* do espaço acadêmico, isto é, por meio do mascaramento, da ocultação, da transfiguração e do sigilo (Santos; Rocha, 2022).

Contudo, se há por um lado o mascaramento, a ocultação, a transfiguração e o sigilo, por outro lado há a visibilidade, pois tal *habitus racial* da branquitude também se expressa pelo se fazer visível, o se fazer notável e o se fazer reconhecido, como podemos verificar em Santos e Rocha (2022). Neste contexto, por meio da interação entre a visibilidade e invisibilidade, surgem as contradições, as multiplicidades e as complexidades na constituição das identidades raciais brancas (Nuttall, 2004 apud Santos; Rocha, 2022), o que, de certo modo, nos ajuda a desvelar e compreender o *habitus racial* destes grupos no campo acadêmico, no qual a interação entre visibilidade e invisibilidade é utilizada como uma estratégia para a manutenção de seus privilégios.

Por meio de tal estratégia, possibilitada pela mobilização do capital racial, este grupo racial contribui para a reprodução social dos lugares de dominação e subordinação. Todavia, é preciso considerar que um agente de um grupo racial dominante, apesar de usufruir do capital racial positivo deste seu grupo, não necessariamente ocupará lugares de alto prestígio e de alta legitimidade em determinado campo, ou nos diversos campos, porém o capital racial do seu grupo, materializado na brancura do corpo e da cultura dominante, sempre o deixará em vantagem em relação aqueles indivíduos de grupos raciais lidos como inferiores, que acumulam e incorporam um capital racial negativo, particularmente aqueles que não conseguiram acumular ou não herdaram outros capitais compensatórios.

Em síntese, a branquitude invisibiliza sua brancura quando ser branco é desvantajoso ou é vergonhoso, por exemplo, quando os privilégios raciais gozados por brancos são questionados ou quando há a denúncia de práticas discriminatórias contra negros/as e outros grupos não brancos (Práticas discriminatórias essas que, por excelência, são de um lado produtoras de privilégios raciais e de outro lado produtoras de desvantagens raciais). Em contrapartida, nas tessituras das relações interpessoais e institucionais estabelecidas no cotidiano do campo, com seus pares brancos e com a instituição, assumir-se branco é uma necessidade de primeira ordem para distinguir-se dos demais e, assim, obter e gozar diversos privilégios.

## Considerações finais

Neste estudo, tivemos como objetivo analisar as percepções dos/as estudantes negros/as e brancos/as sobre possíveis privilégios e desvantagens raciais no Curso de Medicina da Universidade Federal do Pará, *Campus Universitário de Altamira*. No decorrer de nossas análises, constatamos que as

percepções dos/as estudantes entrevistados/as variam, com alguns/mas reconhecendo explicitamente os privilégios e, consequentemente as desvantagens raciais, enquanto outros/as não. Além disso, mesmo aqueles/as que reconhecem os privilégios, muitas vezes não questionam sua origem estrutural e sistemática reproduzida dentro de uma instituição inserida em um campo social racializado, havendo apenas uma constatação desinteressada desses privilégios.

Outra questão importante é que a distinção entre diferentes tipos de branquitude que foi proposta no decorrer do estudo, possibilita uma camada adicional de complexidade à discussão, destacando que a desaprovação pública do racismo não necessariamente se traduz em ações concretas para combatê-lo, assim como, não se traduz em ações concretas para combater as discriminações e desigualdades raciais. Além disso, a existência de uma branquitude crítica não racista no campo investigado pode ser considerada um problema significativo, pois tal tipo de branquitude não questiona realmente as ideologias e práticas racistas no cotidiano da instituição, assim como, não desenvolve um real questionamento dos privilégios racialmente produzidos e acumulados com base em seu capital racial positivo, em detrimento dos grupos não brancos que acumulam desvantagens raciais devido o capital racial negativo por eles acumulados.

Por fim, este estudo evidencia como a manutenção dos privilégios raciais ocorre não apenas através de ações individuais, mas também através de interações institucionais e sociais mais amplas. Em suma, há aqui uma reflexão sobre a natureza dos privilégios e desvantagens raciais e sobre como são percebidos e mantidos no campo acadêmico, em especial nos cursos lidos como sendo de alto prestígio social. Desse modo, esta pesquisa contribui para a compreensão das dinâmicas raciais e possibilita o desenvolvimento de estratégias eficazes para combater as desigualdades raciais no campo social, em particular no campo acadêmico.

Contudo, há que se considerar que, nesta investigação, não foi possível analisar como os privilégios e desvantagens raciais se materializam no desempenho acadêmico, no acesso a políticas de assistência estudantil, na participação em grupos de pesquisa ou programas institucionais, na permanência e evasão no curso etc. Assim sendo, apontamos a necessidade de realização de pesquisas futuras que deem conta de tal demanda.

## Referências

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Notas sobre a branquitude nas instituições. In: SILVA, Maria Lucia da;

Instrumento: Rev. Est. e Pesq. em Educação, Juiz de Fora, v. 27, Dossiê: Políticas de Educação Superior/Artigos, e-49565, 2025

FARIAS, Marcio; OCARIZ, Maria Cristina; STIEL NETO, Augusto. (Orgs.). **Violência e sociedade:** o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro. São Paulo: Escuta, 2018.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo:** branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002. 169f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, 2002.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção:** crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático.** Petrópolis: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros:** os estudantes e a cultura. Florianópolis: Editora UFCS, 2014.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud.** v. 8, n. 1, p. 607-630, 2010. Disponível em: <https://afrokut.com.br/wp-content/uploads/2021/11/Branquitude-acritica-e-critica-a-supremacia-racial-e-o-branco-anti-racista.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2025.

FONAPRACE. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES.** Brasília: Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Estudantis/ Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira.; GOMES, Romeu. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOREIRA, Adilson José. Privilégio e opressão. **Revista Observatório Itaú Cultura**, São Paulo, n. 1, p. 30-45, 2017. (versão impressa).

NASCIMENTO, Matheus Monteiro. Os privilégios da branquitude e a reprodução de desigualdades sociais na educação brasileira. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, Sinop, v. 10, n. 2, p. 21-33, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/218637/001122618.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 fev. 2025.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2006. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12545/14322>. Acesso em: 30 fev. 2025.

PETERS, Gabriel. *Habitus*, reflexividade e neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu.

**Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, p. 47-71, 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbc soc/a/DVWhYRHDxhgN3yz49tVHTKz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jul. 2024.

PIZA, Edith. Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu. In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn. (Orgs.). **Tirando a máscara**: ensaios sobre o racismo no Brasil. Paz e Terra, 2000.

RAMOS, Guerreiro. Patologia Social do Branco Brasil. In: RAMOS, Guerreiro. **Introdução crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRG, 1995.

SANTOS, Sérgio Pereira dos; Rocha, Emerson Ferreira. Entre o esconderijo do privilégio e a blindagem racial de brancos e negros. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 27. n. 1, p. 1-16, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/39469/25556>. Acesso em: 30 fev. 2025.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude e privilégio. In: SILVA, Maria Lucia da; FARIA, Marcio; OCARIZ, Maria Cristina; STIEL NETO, Augusto. (Orgs.). **Violência e sociedade**: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro. São Paulo: Escuta, 2018.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 122f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista brasileira de Educação**, v.1, n. 20, p. 60-70, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/mSxXfdBBqqhYyw4mmn5m8pw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jul. 2024.

TRIGO, Maria Helena Bueno. *Habitus*, campo, estratégia: uma leitura de Bourdieu. **Cadernos Ceru**, v. 2, n. 9, p. 45-55, 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/74986/78545>. Acesso em: 27 jul. 2024.

TRINDADE, Josiney da Silva. **Entre a “harmonia”, o racismo velado e o silêncio**: as relações raciais entre negros/as e brancos/as no Curso de Medicina da Universidade Federal do Pará. 2023. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Universidade Federal do Pará, Cametá, 2023.

Revisão textual e de normas da ABNT realizada por: Maria Wanessa do Nascimento Barbosa Franco.